

## **A PERCEÇÃO DE MULHERES ACERCA DA VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA E SUAS IMPLICAÇÕES**

Fabiula Aquino Vilaverde, discente de enfermagem, Universidade Federal do Pampa, Campus  
Uruguiana

Lisie Alende Prates, docente, Universidade Federal do Pampa

fabiulavilaverde.aluno@unipampa.edu.br

**Introdução:** a violência obstétrica possui distintas conceituações, embora a mais utilizada esteja embasada na legislação de países, como Venezuela e Argentina, conhecidos como propulsores e defensores da erradicação de qualquer forma de violência exercida contra a mulher. Desse modo, considera-se violência obstétrica como a apropriação pelo profissional de saúde do corpo e processos reprodutivos das mulheres, a qual pode ser expressa pelo tratamento desumanizado, abuso da medicalização e patologização do processo natural de parturição bem como a perda da autonomia e da capacidade feminina em decidir de forma livre e espontânea sobre seu corpo e sua sexualidade. Ela apresenta-se de diferentes formas, que incluem desde a falta de esclarecimento dos profissionais de saúde sobre os procedimentos realizados, a ausência de consentimento da mulher até a utilização de expressões grosseiras que a inibem de expressar seus sentimentos. No Brasil, segundo a Fundação Perseu Abramo, uma em cada quatro mulheres já sofreu algum tipo de violência durante o parto. A realização do estudo se justificou pela possibilidade de problematizar a temática junto às mulheres para auxiliá-las na busca por maior autonomia e respeito aos direitos humanos, sexuais e reprodutivos. Frente ao exposto, delimitou-se a seguinte questão de pesquisa: Quais os conhecimentos e as implicações da violência obstétrica na vida das mulheres? **Objetivo:** identificar o conhecimento das mulheres sobre violência obstétrica e suas implicações. **Método:** pesquisa qualitativa, exploratória e descritiva, realizada com 15 mulheres que tiveram filhos, por parto vaginal ou cesárea, entre os anos de 2000 e 2020, com relatos de violência obstétrica, em um município da Fronteira Oeste do Rio Grande do Sul, no período de fevereiro a março de 2022. Os dados foram coletados por meio de entrevistas presenciais ou em plataformas digitais, conforme a preferência da participante, com roteiro semiestruturado. Os materiais foram submetidos à técnica de análise de conteúdo temática. Após a entrevista, foi entregue um folder educativo contendo o conceito de violência obstétrica, as principais formas de apresentação, meios de evitá-la e denunciá-la. O presente estudo teve aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa, da Universidade Federal do Pampa, obtendo o parecer de aprovação sob o nº: 5.177.573 e CAAE: 53729421.6.0000.5323. **Resultados e discussão:** a maior parte das participantes iniciou o pré-natal em tempo oportuno e realizou mais de seis consultas conforme o recomendado pelo Ministério da Saúde. Apesar disso, elas tiveram pouco acesso às informações ao longo do ciclo gravídico-puerperal, o que pode ter implicado na exposição às situações de violência obstétrica. Após a análise dos relatos das participantes, os dados foram sistematizados em três categorias: vivências ligadas à violência obstétrica, violência visualizada a partir da ausência de informações, e os impactos da violência obstétrica. Embora a maioria tenha demonstrado conhecimento sobre o termo violência obstétrica atrelando-o às vivências pessoais, elas não receberam informações sobre a temática durante o pré-natal ou no hospital, sendo que três mulheres relataram que estavam sabendo do termo pela primeira vez. Logo, infere-se que

essas informações nem sempre são abordadas nos serviços de saúde. Os tipos de violência obstétrica mais vivenciados pelas participantes foram episiotomia, violência verbal, omissão de informações, realização de procedimentos sem o consentimento prévio e impossibilidade de ter acompanhante, dados que concernem com outros estudos presentes na literatura. Todas afirmaram que a violência obstétrica pode trazer danos e prejuízos, sendo mais evidenciados na saúde da mulher do que na saúde do bebê. Dentre as implicações, as participantes mencionaram o desejo de não ter mais filhos pelo medo de sofrer violência obstétrica novamente, o desenvolvimento de depressão pós-parto, o medo de ter relações sexuais com o companheiro pela dor da episiotomia, a dor ao amamentar, além de problemas psicológicos e emocionais pelos traumas vivenciados. Sendo, alguns impactos citados em outro estudo como depressão pós-parto e dificuldades na amamentação. **Considerações finais:** a realização do respectivo estudo possibilitou dar voz a algumas mulheres, que muitas vezes, são silenciadas nos serviços e pelos profissionais de saúde. Assim, foi possível identificar o conhecimento das mulheres sobre violência obstétrica, suas vivências e as implicações da assistência ofertada a curto e longo prazo. Nesse sentido, reconhece-se a escassez de orientações e a necessidade de abordar a temática entre os profissionais de saúde e mulheres, na tentativa de mudar a realidade e evitar a naturalização da violência obstétrica bem como seus desfechos negativos, durante o ciclo gravídico-puerperal, proporcionando uma assistência mais humanizada e respeitosa nos serviços de saúde.

**Agradecimentos:** UNIPAMPA.

**Palavras-chave:** Violência contra a Mulher; Violência Obstétrica; Parto; Saúde da Mulher.